



CAMPO DO SANTA CRUZ, em Santa Lúcia: projeto para construção das sedes de dois órgãos federais no local

TERRENO DE MARINHA

Prefeitura proíbe obras em campo

Decreto foi publicado para impedir construção de prédios públicos no Campo do Santa Cruz, retomado pela União por causa de dívida

Cristiane Britto

Por meio de decreto publicado no Diário Oficial de ontem, o prefeito de Vitória, Luciano Rezende, suspendeu a licença para a realização de qualquer construção no campo de futebol do clube Santa Cruz.

O imóvel, localizado em Santa Lúcia, pertencia ao Clube Santa Cruz e, recentemente, foi reempessoado pela União, que planeja construir prédios no local para sediar repartições federais.

A decisão foi tomada pela Justiça Federal após a equipe do clube deixar de pagar as taxas de ocupa-

ção de terreno de Marinha. Na época, a dívida total, segundo o processo, era de R\$ 645.404,05.

De acordo com a Prefeitura de Vitória, o objetivo desse decreto é impedir um desastre urbano na cidade. “A União tomou posse do espaço, proibiu a comunidade de usar o campo de futebol e pretende construir no local repartição pública”, destacou o prefeito.

Luciano explicou ainda que, por meio do decreto municipal, a União ficará impossibilitada de dar início a qualquer construção no local, pelo prazo de 180 dias, podendo ser renovado.

“É a última área verde em um local adensado como é a região de Santa Lúcia e Praia do Canto. É um espaço de lazer para a comunidade. A área tem de ser preservada.”

O superintendente da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) no Estado, Magno Pires, afirmou que devido à reintegração da área, atualmente, o imóvel é de posse da União em nome da Advocacia-Ge-

ral da União (AGU), órgão da Presidência da República.

Por meio de nota, a AGU e a Controladoria-Geral da União (CGU) informaram que receberam o imóvel da SPU e o objetivo é construir as suas sedes, já que ocupam imóveis alugados.

Quanto ao decreto municipal, os órgãos explicaram que os projetos de edificação se encontram na fase inicial de estudos e, por enquanto, não haverá qualquer interferência no encaminhamento dos trabalhos. “Em momento oportuno, se for necessário, a União irá avaliar a adoção de medidas para a defesa dos seus interesses”, disse em nota.

“É a última área verde em um local adensado como é a região de Santa Lúcia. Tem de ser preservada”

Luciano Rezende, prefeito de Vitória

SAIBA MAIS

Justiça determinou reintegração de posse

O caso

- > A JUSTIÇA FEDERAL determinou a reintegração de posse do campo de futebol do clube Santa Cruz, em Santa Lúcia, à União após o não pagamento das taxas de ocupação de área de Marinha.
- > O CLUBE FICOU inadimplente entre 1994 e 1998 e de 2004 a 2008.
- > A DÍVIDA total, segundo o processo, era de R\$ 645.404,05.
- > OS PROPRIETÁRIOS da área tiveram de desocupar o terreno em até 30 dias, a contar da data do julgamento, realizado em 17 de março, sob pena

de multa diária de R\$ 300.

- > A REGIÃO é considerada como um “acrescido de Marinha”, como são chamados os terrenos que tiverem se formado, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e das lagoas, em seguimento nos terrenos de Marinha.

Novas sedes

- > SEGUNDO a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Controladoria-Geral da União (CGU), os órgãos receberam o imóvel da Secretaria de Patrimônio da União.

- > A AGU E A CGU pretendem construir no espaço as suas sedes, já que atualmente ocupam imóveis alugados ou cedidos por outro Ministério.
- > OS PROJETOS de edificação se encontram na fase inicial de estudos e, por enquanto, não haverá qualquer interferência no encaminhamento dos trabalhos.
- > CASO NECESSÁRIO, a União irá avaliar a adoção de medidas para a defesa dos seus interesses.

Fonte: Justiça Federal, AGU e CGU.